



Relatório da Administração de 2019

Foto: Betto Silva/Norte Energia

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Finalizamos o ano de 2019 com um lucro líquido de R\$ 209,6 milhões, o que representa 23% acima do previsto, registrando mais um exercício com lucro da empresa. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 2,9 bilhões. Os últimos meses de 2019 foram marcados por momentos muito especiais para a Norte Energia, com a conclusão da instalação das 18 Unidades Geradoras (UGs) que compõem a Casa de Força Principal e seis unidades da Casa de Força Complementar – totalizando 24 UGs, capazes de gerar 11.233,1 MW de energia suficiente para atender em torno de 10% do consumo nacional. Trata-se de um marco para o setor elétrico, encerrando um ciclo de oito anos de implantação do empreendimento. Os números ligados à UHE Belo Monte são impressionantes e demonstram a grandiosidade do empreendimento. Três milhões de metros cúbicos de concreto foram utilizados na construção das estruturas que compõem o complexo hidrelétrico – Casas de Força Principal e Complementar, Sistema de Transposição de Peixes (STP) e Sistema de Transposição de Embarcações (STE). E, para servir de "esqueleto" a essas estruturas, foram consumidas 160 mil toneladas de aço, ou 22 vezes o volume utilizado para construir a Torre Eiffel, em Paris. Para conformação do Reservatório Intermediário, que conta com 119 quilômetros quadrados, foram construídos 28 diques – trabalho que envolveu um volume total de 31 milhões de metros cúbicos de aterro. O dique mais alto tem 68 metros, o equivalente a um prédio de 22 andares. O mais extenso, quase 2 quilômetros (1.987 metros). Já o Reservatório Principal tem 359 quilômetros quadrados, sendo que 228 quilômetros quadrados são a própria calha do rio Xingu. Seu nível é regulado por Vertedouros com 100 portas e capacidade de escoamento de 62 mil metros cúbicos de água por segundo – quase o dobro da maior cheia já registrada na série histórica que acompanha a vazão do rio desde a década de 1960. Ao lado do Vertedouro está a Casa de Força Complementar (UHE Pimental), com seis Unidades Geradoras (UGs) com 38,85 MW de potência cada, totalizando 233,1 MW. Pesando 820 toneladas, cada UG da UHE Pimental tem o distribuidor como seu maior componente: são 110 toneladas e 9,16 metros de diâmetro. Mas os números impressionam mesmo quando se referem às peças que compõem as Unidades Geradoras da Casa de Força Principal. Uma única UG dessas tem 611,11 MW de potência e pode abastecer

uma cidade de 1,5 milhões de habitantes. Ao todo, a Unidade pesa 2.160 toneladas – o equivalente ao peso de 21 carros populares, e seu maior componente é o rotor do gerador, com 1.250 toneladas. No aspecto operacional, geramos um total de 24.800 GWh com o índice de continuidade (IC), atingindo 97,1% em Belo Monte, e 93,2% em Pimental. Ressaltamos os esforços desenvolvidos pela empresa para sanar as restrições de transmissão que reduziram sensivelmente nosso desempenho e que ainda restaram. Tal provisão permitiu a incorporação ao ativo imobilizado da provisão sem alterar o resultado da empresa conforme as normas contábeis a que estamos sujeitos. Em dezembro de 2019 foi concluída a energização das principais unidades da Usina Hidrelétrica Belo Monte – 24 Unidades e 5 Circuitos de Transmissão Restrita. Dessa forma, a Usina encontra-se completamente conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com capacidade máxima de escoamento de 11.233,1 MW de sua produção de energia. Na área socioambiental, tivemos uma atividade intensa para o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação – LO, destacando-se as negociações com a Prefeitura de Altamira para a transferência de infraestrutura construídas. Destaca-se o acordo obtido relativo ao bairro Jardim Independente I, que, não sendo integralmente de responsabilidade da empresa o reassentamento da população, proporcionou a oportunidade de transferir ativos que oneravam a empresa por sua manutenção, sem incorrer em custos relevantes. Entretanto, a área socioambiental ainda demanda investimentos para o cumprimento integral das condicionantes da LO, o que resultou no reconhecimento de provisão adicional de R\$ 806 milhões que serão desembolsados nos próximos anos conforme cronograma de obras. Tal provisão permite a incorporação ao ativo imobilizado da provisão sem alterar o resultado da empresa conforme as normas contábeis a que estamos sujeitos. Para o próximo ano, vamos reavaliar o PBA-CI (Projeto Básico Ambiental - Componente Indígena) com os stakeholders envolvidos já visando o período pós-construção. Desafio importante, uma vez que será o marco referencial para as condicionantes da renovação da LO a ocorrer em 2021. Em 2019 investimos R\$ 1,356 bilhão, dos quais R\$ 857 milhões em obras civis e montagem e R\$ 499 milhões aplicados inteiramente no avanço da obra e do cumprimento das condicionantes da LO. Já as despesas operacionais atingiram R\$ 123 milhões, sendo que a despesa com pessoal representa aproximadamente 43%. O total de colaboradores, ao final do exercício, alcançou 369 pessoas. O custo

da energia vendida atingiu R\$ 2.412 milhões, dos quais R\$ 1.117 milhões relativos à depreciação de ativos, R\$ 773 milhões aos encargos de transmissão de energia e R\$ 362 milhões ao seguro do risco hidrológico. Na área administrativa, foram mantidas diversas práticas tais como reuniões mensais com gerentes para discussão de resultados, reuniões diárias para relato dos avanços da construção do dia anterior bem como das atividades previstas para o dia corrente, reuniões com empregados com intuito de aprimorar processos e integrar nossa equipe compartilhando experiências, informações e discutindo melhores alternativas de ação. No acompanhamento orçamentário, foram aprimorados os relatórios de acompanhamento de forma digital atualizados sempre que os resultados mensais são publicados através do balancete mensal. Destaca-se, também, a execução do Plano de Metas que atingiu os parâmetros mínimos exigidos pelo Conselho de Administração que foram o cumprimento do cronograma de montagem, 80% da meta do EBITDA, 60% do desempenho global e manutenção da Licença de Operação. O percentual final atingiu 107%. Por outro lado, revisamos o processo de planejamento estratégico, na empresa, que incluía uma avaliação do Plano de Negócios, o estabelecimento de um Plano Quinquenal, o Orçamento 2020 e o Plano de Metas de 2020. As discussões envolveram os gestores da empresa, bem como os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento. Importante lembrar que, por decorrência dos estudos elaborados, foram realizadas avaliações da rentabilidade dos ativos (teste de "impairment"), resultando em conclusão favorável para a empresa, tornando desnecessários quaisquer ajustes no seu ativo imobilizado. Agradecemos aos nossos acionistas o apoio dado à Administração durante o ano de 2019. Sem o engajamento de todos, não seria possível atingir o desempenho ora apresentado. Foi fundamental a clara demonstração de confiança não só através de aportes como também em todas as áreas de alivida que executamos. Contamos ainda com o suporte e confiança de todos os acionistas para que a partir deste ano de 2020 possamos devolver os retornos financeiros decorrentes dos investimentos feitos. **Antonio Varejão de Godoy** Presidente do Conselho de Administração **Paulo Roberto Ribeiro Pinto** Diretor-Presidente da Norte Energia

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: Ativo Circulante, Nota, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, etc.

Table with 4 columns: Passivo Circulante, Nota, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Adiantamento de clientes, etc.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto o resultado por ação em reais)

Table with 4 columns: Nota, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Receita operacional líquida, Custos dos serviços, Custos de venda de energia, etc.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

Table with 6 columns: Capital social, Lucros/(Prejuízos) acumulados, Reserva legal, Reserva especial de dividendos não distribuídos, Reserva de incentivos fiscais, Reserva de retenção de lucros, Total do patrimônio líquido. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2017, Subscrição e integralização de capital social, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

Table with 3 columns: 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente do exercício.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

Table with 3 columns: 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimento, Fluxos de caixa e equivalentes de caixa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Norte Energia S.A. Brasília – DF. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norte Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Enfase. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos. Conforme mencionado na nota explicativa 31 às demonstrações financeiras, atualmente encontramos em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns acionistas da Companhia e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia, em qualquer das hipóteses já mencionadas na nota explicativa acima referida. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. Outros assuntos. Demonstrações do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria. Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Recuperação do valor de ativos intangíveis e imobilizados (impairment). De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) e IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, por avaliar se existe alguma indicação de que ativos imobilizados e/ou intangíveis de vida útil definida, possam ter seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Uma vez que foram detectados indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos foi requerido, através da determinação do seu valor recuperável em uso. Conforme as notas explicativas 2.19, 3.1.3, 9 e 10 às demonstrações financeiras, os saldos de ativos imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2019, cujos valores totais montam em R\$ 43.279.924 mil, foram sujeitos ao teste de valor recuperável (impairment). Devido ao significativo julgamento profissional envolvido na definição das premissas para cálculo do valor recuperável da unidade geradora de caixa, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos com o apoio de especialistas: (i) avaliamos a aderência da metodologia empregada pela Administração da Companhia para o cálculo do valor recuperável com relação aos requerimentos do CPC 01 (R1) e IAS 36; (ii) avaliamos as premissas utilizadas pela Administração da Companhia na determinação do valor recuperável em uso; (iii) realizamos recálculo independente, sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (iv) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Provisões para riscos civis, fiscais, trabalhistas e contingências passivas. Conforme divulgado nas notas explicativas 2.11 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de naturezas civis, fiscais, trabalhistas, bem como arbitrais, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevados, e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e contingências, relativos aos processos, requerem significativo julgamento profissional da Administração da Companhia, mesmo com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. Essa situação pode resultar em mudanças substanciais nos saldos de provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo e/ou administrativamente. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de mensuração das Provisões, probabilidade de desembolso futuro e determinação das respectivas divulgações, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) obtivemos o entendimento da política de reconhecimento dos projetos de natureza socioambiental e da mensuração dos desembolsos prováveis futuros; (ii) obtivemos a composição dos projetos socioambientais e com o apoio de especialistas em sustentabilidade avaliamos o respectivo compromisso assumido e presente da Companhia, por meio de amostragem; (iii) com o apoio de especialistas, avaliamos a adequação da mensuração, suficiência da provisão socioambiental, por meio de amostragem, quanto às premissas utilizadas pela Companhia nos cálculos efetuados e os respectivos registros contábeis; e (iv) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossas responsabilidades é de ler o Relatório da administração e ao faz-lo considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras. A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os aspectos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar a decisão de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos comunicar isso em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as obrigações de independência e de comunicação de independência, e comunicamos a todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Apresentamos esses assuntos em nossa opinião de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

BRASÍLIA, 24 de janeiro de 2020. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6 Wagner dos Santos Junior Contador CRC-1SP216386/O-T

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Table with 2 columns: Nome, Cargo. Rows include Antônio Varejão de Godoy - Presidente, Fábio Lopes Alves, José da Silva Estevez, etc.

CONSELHO FISCAL

Table with 2 columns: Nome, Cargo. Rows include Reive Barros dos Santos - Presidente, Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino, Vinicius Balbino Bouhid, etc.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Norte Energia S.A. no uso de suas atribuições legais e estatutárias examinou as Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelas Notas Explicativas e o Relatório da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como a proposta de destinação do resultado, a qual leva em consideração a retenção para constituição da reserva legal, retenção para reserva de incentivos fiscais, a Reserva de Retenção de Lucros, e a constituição de Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos. Com base no disposto no Parágrafo 4º do art. 202, da Lei nº 6.404/76, a Administração da Companhia declara que o pagamento dos dividendos obrigatórios é incompatível com a situação financeira da Companhia para o exercício de 2020. Com base nos exames efetuados, na exposição dos administradores, nos esclarecimentos prestados, bem como considerando o parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 24 de janeiro de 2020, o Conselho Fiscal opina no sentido de que as informações constantes nos referidos documentos apresentados aos conselheiros retratam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da Norte Energia e considera que as mesmas estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2020.

Table with 2 columns: Nome, Cargo. Rows include Reive Barros dos Santos - Presidente do Conselho Fiscal, Marcelo Guimarães Duarte, Vinicius Balbino Bouhid, etc.

DIRETORIA

Table with 2 columns: Nome, Cargo. Rows include Paulo Roberto Ribeiro Pinto - Diretor-Presidente, Flávio Dutra Doehler, Luiz Fernando Rolla, Luiz Roberto Alves Correia, etc.

Table with 2 columns: Nome, Cargo. Rows include Marcus de Castro Melo - Superintendente de Controladoria – DAF, João Paulo Sotero Maciel - Gerente de Controladoria Geral e Ativo Fixo, Contador Responsável CRC-DF 019855/O-6, etc.

As Demonstrações Financeiras na íntegra foram publicadas no Diário Oficial da União no dia 21/02/2020